



Manifesto da Corrente Sindical Marxista Guillermo Lora/PPRI

EM DEFESA DO EMPREGO E DA ESTABILIDADE A TODOS

O governo Tarcísio de Freitas/Republicanos assumiu a gestão do estado de São Paulo com um projeto privatista, que já tem avançado no seu primeiro ano de mandato, tendo como exemplo mais recente o da SABESP, empresa pública de saneamento e fornecimento de água à população paulista, que teve seu projeto de privatização aprovado em primeira votação na ALESP, utilizando-se inclusive da força policial para conter os manifestantes, contrários ao projeto.

Para a educação, a situação não é diferente, o projeto privatista também vem sendo imposto, preservando as suas particularidades, já que a educação é um serviço público que atende uma população muito diversa, mas em sua imensa maioria composta por famílias em situação de pobreza, que não teria possibilidade alguma de custear os estudos. Por isso, a privatização na educação se dá por meios indiretos, dentre eles principalmente o da terceirização dos serviços, na qual atingiu primeiramente os trabalhadores da limpeza e merenda, e vem ampliando-se cada vez mais entre os professores, por meio da contratação precarizada. Esse projeto se materializa hoje de forma mais precarizada no professor categoria O, que não possuiu os mesmos direitos trabalhistas que os demais, e tampouco a garantia da continuidade do emprego, nem mesmo nas condições precárias de contratação.

E, para além dos contratos precarizados, o atual governo tem ampliado o processo de precarização, também por meio dos concursos públicos. Dizemos isto, pois os poucos efetivos já ingressarão na rede estadual com menos direitos. Por isso, é preciso ter clareza de que o concurso público não atende as reivindicações da categoria. Pelo contrário, tem servido para legitimar o desemprego de uma parcela considerável, bem como a precarização do trabalho do conjunto da categoria, já que o valor a força de trabalho vem sendo rebaixado. Soma-se a esse quadro de precarização, o anúncio do corte de 5% dos recursos para a Educação (um sexto do que lhe é destinado hoje), o que obviamente colocará a Educação pública estadual, já sucateada, em uma situação ainda mais agravante.

O fato é que o secretário Feder e Tarcísio já assumiram sua gestão em SP aplicando a lei aprovada nº 1374/22 (nova carreira), e impondo mudanças que pioraram ainda mais as condições de trabalho e ensino dos professores, tais como:

- a) obrigatoriedade aos professores da nova carreira assumirem as APDs (Atividade Pedagógica Diversificada), destruindo outra conquista importante dos professores, de redução da jornada de trabalho com os ATPL, que consistia

na garantia de realizar atividade pedagógica em horário e local de livre escolha dos professores;

b) atribuição atendendo primeiro quem optou por maior jornada, ou seja, privilegiando quem opta pela jornada integral de 40 h/a. Essa mudança fere uma das maiores conquistas da categoria, que é o direito, para escolha e atribuição de aula, de considerar principalmente o tempo de trabalho no magistério.

Neste sentido, o governo Tarcísio vem impondo sua política, por meio de contrarreformas, como o plano de carreira e reforma administrativa, iniciada com a aprovação da lei nº 1361/21, que retirou vários direitos da categoria. Vale destacar ainda que, no início de 2023, os professores contratados participaram de vários atos convocados pelas subsedes de oposição, impulsionados principalmente pelas subsedes Lapa e Mauá, o que levou posteriormente à organização da Oposição Combativa, denunciando e exigindo atribuição presencial, e que o tempo de trabalho, que conquistamos, fosse considerado, pois é fundamental na classificação.

Entretanto, o concurso realizado neste ano, possui 127.247 mil candidatos “aprovados”, e outros 100 mil que estão classificados no processo seletivo, mas o governo prometeu efetivar apenas 15 mil professores, o que significa que esse concurso não mudará o quadro de precarização do trabalho na rede estadual de ensino, e que o governo aplicou prova, mas continuará contratando a maioria dos professores que atuarão na rede. A situação é ainda mais agravante, pois, a intenção do governo é classificar os professores categoria O do ensino fundamental II e médio apenas pela nota da prova. **Não podemos aceitar a classificação imposta ferindo o tempo de trabalho!**

Após a prova do concurso, depois de meses de espera, os avaliadores desclassificaram 70 mil professores, devido à videoaula, que valia 40% da prova. Foi uma humilhação, algo completamente fora dos padrões, utilizado como mais um filtro para eliminação da maioria dos professores, e que fez um terço dos inscritos, 100 mil professores (somado a desclassificação dos que zeraram na prova dissertativa) serem excluídos imediatamente. Dos professores que entraram com recurso, somente 10,5% foram deferidos, e os desclassificados, com anos de carreira, não participarão da atribuição na primeira chamada, terão de se inscrever nos editais de abertura emergencial, quando houver. Como podemos ver, esse concurso não passou de fachada do governo, para se utilizar eleitoralmente.

Nenhuma ilusão no concurso público excludente!

Portanto, a Corrente Sindical Marxista Guillermo Lora defende o emprego a todos, por meio da efetivação dos contratados, com a garantia da estabilidade a todos. Essa é a real defesa do emprego e de melhoria das condições de trabalho da categoria, pois, só assim é possível iniciar o ano letivo sem falta de professores nas escolas. Para isso, é preciso impulsionar a luta pela ação direta, a começar pela convocação de uma assembleia no início do ano letivo, para que a categoria organize a luta com seus métodos próprios (manifestações massivas, paralisações, greve, ocupações, etc). **Nenhuma ilusão na via jurídica e da pressão parlamentar! Esse é o campo da democracia burguesa, ou seja, o caminho da derrota para os trabalhadores!**

